



ATA N.º 5/2021

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2021
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 28 DE JUNHO DE 2021

-----No dia 28 de junho de 2021, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2020 do Município de Lagos;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidados do ano 2020;*
- PONTO 4 - *Eleição de Autarca de Freguesia representante na Comissão Municipal de Proteção Civil [alínea i) do Artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil];*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente ao Contrato-Programa “Alargar e modernizar o ensino da medicina e a investigação clínica e biomédica na Universidade do Algarve”, a estabelecer entre a Universidade do Algarve (UALG), a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL);*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a concessão de uso privativo do domínio público no Município de Lagos para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária;*
- PONTO 7 - *Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2020.*

-----**NOTA PRÉVIA:** Tendo em consideração a conjuntura pandémica que se vive em Portugal, a Comissão Permanente, reunida no dia 15 de junho de 2021, deliberou que a Sessão Ordinária de junho/2021, se realizasse, presencialmente, neste dia, 28 de junho de 2021, nos seguintes termos: - Número de Deputados Municipais presentes na Sessão - 19: - Pelo Grupo Municipal do PS - 10 Deputados Municipais (3 - Mesa, 1 - Coordenador do Grupo Municipal, ou outro por si a designar, 2 - Deputados Municipais, e os 4 - Presidentes das Juntas de Freguesia, que se podem fazer substituir); - Pelo Grupo Municipal LCF - 2 Deputados Municipais (1 - Coordenador do Grupo Municipal, ou outro por si a designar e 1 - Deputado Municipal); - Pelos Grupos Municipais do PSD e da CDU - 2 Deputados



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Municipais/cada; - Pelos Grupos Municipais do CDS, do BE e PAN - 1 Deputado Municipal/cada. - Número de Membros da Câmara Municipal presentes na Sessão - 1: - Presidente da Câmara Municipal. Mais deliberou a Comissão Permanente o seguinte: - Que a Sessão se realizasse sem a presença de público, porém o cidadão que pretendeu solicitar esclarecimentos, versando assuntos relacionados com o Município, pôde fazê-lo através de e-mail enviado aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal, até às 17 horas do dia 25 de junho de 2021, constando tal “intervenção” na presente Ata; - Que fossem apreciadas e votadas as Atas referentes à Sessão Ordinária de setembro de 2020 e abril de 2021; - Que a Sessão fosse transmitida na internet, através do YouTube e do Facebook da Assembleia Municipal. A não presença dos restantes Deputados Municipais, efetivos, na Sessão, fica automaticamente justificada, assim como a não presença dos restantes Membros, efetivos, da Câmara Municipal.-----

ABERTURA DA SESSÃO: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 47 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso



PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Morreira
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO(A)
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	Sessão de junho	Emídio Jacinto Grilo
PSD	Emídio Jacinto Grilo	Sessão de junho	Fernando Ramos Bernardo
PSD	Fernando Ramos Bernardo	Sessão de junho	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	Sessão de junho	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva
PSD	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva	Sessão de junho	Ana Isabel da Glória Pacheco Arvelos
PSD	Ana Isabel da Glória Pacheco Arvelos	Sessão de junho	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Morreira

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicados:



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Assembleia Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente Ata.-----

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	REUNIÃO/SESSÃO
CDS	Artur José Gomes Rêgo	27/04/2021

-----**MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTEVE PRESENTE NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente

-----**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiros Ferreira Serafim - Vereador



LCF

Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Câmara Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente Ata.-----

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 6/2020 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2020 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de setembro de 2020.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 35/AM/2021:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 6/2020 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2020 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de setembro de 2020.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo
PS	Márcio Alexandre Alves Regino
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto

-----Ata n.º 7/2020 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2020 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de setembro de 2020.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 36/AM/2021:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 7/2020 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2020 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de setembro de 2020.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo
PS	Márcio Alexandre Alves Regino
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto

-----Ata n.º 3/2021 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de abril de 2021.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 37/AM/2021:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 3/2021 da 1.ª Reunião da Sessão



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Ordinária de abril de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de abril de 2021.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
CDS	Artur José Gomes Rêgo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	Márcio Alexandre Alves Regino
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----Ata n.º 4/2021 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2021.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 38/AM/2021:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 4/2021 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2021 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2021.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
CDS	Artur José Gomes Rêgo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
PS	Márcio Alexandre Alves Regino
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto



PSD

Rui Filipe Machado de Araújo

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 80/2021 a 138/2021, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 88/2021 a 140/2021, inclusive.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) relativamente ao ofício recebido das Infraestruturas de Portugal, na sequência da Moção aprovada pela Assembleia Municipal sobre o assunto “Desativação do cruzamento e respetivos semáforos na zona contígua ao Parque de Campismo de Espiche e construção de uma rotunda no acesso à “Aldeia Azul”, via EN125, sentido Lagos-Luz”, questionou se a Câmara ou a Assembleia Municipal tinham trocado correspondência relacionada com o ofício rececionado pela Assembleia Municipal da parte das Infraestruturas de Portugal, uma vez que a entidade não se compromete com nada e isso pode comprometer o aprovado pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que a Assembleia Municipal não tinha enviado qualquer correspondência à Infraestruturas de Portugal, após a receção do ofício referido.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Assembleia Municipal de Lagos aprovou em 15 de outubro de 1998, por unanimidade, a Recomendação à Câmara Municipal de Lagos para atribuição do nome de José Saramago a uma Rua ou Praça de Lagos. Esta deliberação foi comunicada a José Saramago, que respondeu manifestando ter ficado sensibilizado pelo gesto da Assembleia Municipal. Em 28/06/2010, por altura do falecimento de José Saramago, a Assembleia Municipal de Lagos aprovou nova Recomendação à Câmara Municipal de atribuição do seu nome a uma Avenida, Praça ou Rua da nossa cidade. Passados mais de 20 anos sem que a Câmara Municipal tenha dado qualquer explicação para o não cumprimento desta homenagem, e aproximando-se a data do centenário do nascimento de José Saramago, laureado com o Prémio Nobel da Literatura, para o qual estão em preparação celebrações nacionais, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal, reunida em 28 de junho, delibere: 1 - Insistir mais uma vez junto da Câmara Municipal para que dê cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal de 15/10/1998 e de 28/06/2010, de modo a que a inauguração seja integrada nas comemorações do centenário do nascimento de José Saramago; 2 - Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por anunciar o voto favorável do Grupo



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal do PS à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Disse que a figura em causa merece toda a consideração. Referiu que ainda não tinha sido dado o nome de “José Saramago” a uma artéria da cidade, talvez porque a Comissão de Toponímia ainda não tivesse encontrado oportunidade para tal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a primeira vez que o assunto foi apresentado à Assembleia Municipal tinha sido há vinte e dois anos, pelos Grupos Municipais do PS e da CDU, pelo que era difícil perceber o argumento dado pelo Sr. Paulo Toste, para o facto de ainda não ter sido dado o nome de “José Saramago” a uma Rua ou Praça de Lagos.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que o que deixava intrigado o Grupo Municipal LCF, sobre o assunto em causa, era o facto de não se ter verificado a oportunidade, em vinte e dois anos, de homenagear a figura de “José Saramago”, por parte da Câmara Municipal de Lagos. Terminou anunciando o voto a favor do Grupo Municipal LCF na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 39/AM/2021**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “Considerando que: 1 - Atualmente, o acesso das viaturas aos parques de estacionamento público no nosso município está condicionado por procedimentos que requerem o contacto físico com sistema/máquina que fornece os bilhetes antes de se transpor a barreira móvel; 2 - Tal situação propicia o contacto com centenas/milhares, de contactos diários/semanais provenientes de diferentes pessoas; 3 - A propagação do vírus Covid19, e suas diversas estirpes, responsáveis pela atual pandemia, aumenta na proporção direta de contactos físicos que se estabelecem entre as diferentes pessoas que se intercetam nesse sistema; 4 - A situação atual, como todos sabemos, no que respeita aos valores de propagação do vírus, coloca Lagos entre os três concelhos mais gravosos do Algarve, entre Loulé e Albufeira com um valor de incidência perto dos 200 infetados por cada 100 000 habitantes; 5 - Por estas razões, num futuro próximo e sem prazo, o nosso município vai ser objeto de novas restrições, com todas as consequências negativas que tal implica para a dinâmica da nossa economia; 6 - Tudo o que pudermos fazer para minimizar os efeitos deste cenário, por mais pequeno que seja, deve ser considerado como uma mais valia e um contributo essencial para combater os efeitos da pandemia no nosso concelho; 7 - Automatizar o acesso ao bilhete de estacionamento sem contacto físico, como atualmente já fazem as concessionárias das portagens das autoestradas, permitirá eliminar um fator de risco responsável pela propagação do vírus; 8 - Não obstante sabermos que a higienização das mãos é uma das condições essenciais para a minimização da propagação do vírus, e deveria ser um dever incondicional, também sabemos que a irresponsabilidade e o desleixo individuais se refletem no agravamento da situação para o coletivo; 9 - Tomando como certo o pressuposto de que a melhor forma de



resolver problemas é evitá-los, prevenindo a sua ocorrência. Propomos: 1 - A realização de um estudo para viabilizar a instalação de sensores (ou solução alternativa) nos sistemas de acesso das viaturas aos parques de estacionamento públicos da responsabilidade da Câmara Municipal, no sentido do preconizado anteriormente. 2 - Informar a comunicação social da aprovação da presente proposta em Sessão da Assembleia Municipal.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 40/AM/2021**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) leu a seguinte declaração política: “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, Cidadãos que assistem a esta Sessão a partir das plataformas digitais. Com os números de infeções contabilizadas no nosso concelho, Lagos prepara-se para recuar mais um passo nas regras de confinamento. Este facto acarreta para nós cidadãos que aqui vivem e trabalham uma tragédia sócio económica provavelmente comparável à do terramoto de 1755. Lagos aproxima-se do Cabo das Tormentas que esta pandemia nos causou e para muitos de nós, não ficará tudo bem. Aliás, quase todas as semanas para um de nós que se vê desempregado ou em risco de perder o seu negócio, o desespero acaba em tragédia. Muitos dos empresários confiavam que em 2021 estariam em fase de recuperação das suas atividades caso seguissem as medidas de combate que foram aplicadas por razões de saúde pública. Os empresários compreenderam que teriam que abdicar dos seus negócios, temporariamente, em prol de um bem maior. Cumpriram com as regras impostas, confiando no seu efeito útil, abdicando do seu trabalho e das suas empresas, nas quais se dedicaram com esforço durante a sua vida, no intuito de terem o seu sustento económico e criarem a sua riqueza e a dos que com eles colaboram. Os apoios que receberam ajudaram em certa medida, certamente evitaram algum desemprego e suportaram a manutenção da vida de algumas empresas. Os empresários e trabalhadores aguentaram a má época de 2020, e aguentaram todo o Inverno, na expectativa, que seguindo as boas orientações e regras impostas, teriam um Verão onde pudessem recuperar. Sucede que tem havido uma frustração nas expectativas, não havendo qualquer política de saúde pública que transmita confiança e segurança de quanto tempo mais vão ter que aguentar. Não se sabe, nada se conhece e a incerteza é fundamento e desculpa para a inércia governativa. Ora, sabemos que as autarquias têm aqui muitas possibilidades de atuação. E sabemos que a nível local, na cidade de Lagos, muito pouco está a ser feito. Programas específicos de apoio? Apoio a famílias e empresas, levantamento de situações de empresas que não conseguirão suportar mais um Inverno caso o Verão seja o desastre que se espera que venha a ser? A taxa de incidência está fixada em função de premissas que quando adaptadas ao Algarve agravam a classificação de acordo com a matriz de risco pois não considera a população volátil na equação proporcional. O que está a ser feito para que se corrijam os critérios, já que à luz dos



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

atuais métodos não restarão muitas dúvidas que dentro de duas semanas Lagos estará numa zona de risco agravada com implicações nas regras de confinamento. Está o atual executivo a exercer alguma pressão a este respeito? Não! Que medidas estão a ser tomadas para melhorar a reputação do Algarve? Para que serve a cooperação intermunicipal? Não deveriam ter já adotado uma medida de coordenação e adotado uma posição conjunta? Onde está a voz do nosso presidente à semelhança de outros como Portimão, Loulé ou Faro que se insurgem contra as medidas injustas e exigem junto do governo central aquilo que as suas populações têm direito? Quando é que o atual executivo deixa de ter uma gestão de dia a dia, deixa de ser um governo de gestão? É isto que tem acontecido. Não há um pensamento e uma ação de medidas preventivas e com vista a uma abordagem global das problemáticas atuais. Não sendo agora oportuno avaliar se seria justificável um regime de exceção para o Algarve, que muitos defendem por ser a região com maiores danos económicos decorrentes da pandemia obviamente pelas razões de viver do turismo, podemos pelo menos exigir que a autarquia fomentasse a disseminação de testes gratuitos para que o certificado digital chegasse a todos. Tal não foi feito, como medida preventiva. Porquê? Por inércia. Porque os órgãos autárquicos não têm um pensamento de prevenção e de gestão global. Limitam-se a ir resolvendo as consequências. Não há inteligência governativa. Sr. Presidente da Câmara, o senhor representa TODOS os Lacobrigenses e tem o dever e até o direito de ser a sua voz, de nos defender. - Defenda-nos e faça valer o argumento da injustiça na divisão dos casos de infeção somente pela população residente e não pelo conjunto de todos os que se encontram no concelho: residentes e turistas. - Implemente os testes gratuitos nas farmácias, à semelhança de Lisboa, para que os mais desfavorecidos não fiquem para trás. - Implemente um sistema de vouchers a distribuir com a conta da água, a serem utilizados no comércio local e restauração, à semelhança do que fizeram os seus colegas de Lagoa, Portimão e Faro por exemplo, injetando liquidez na economia local. - Exija ao governo central a implementação do Plano Específico de apoio ao Algarve, anunciado há um ano e que não aparece. Não repita o erro que fizeram na questão dos abacates em Barão de S. João e Luz, quando perante os receios mais que justificados das populações, se colocaram passivamente do lado dos exploradores e do ministério da agricultura, deixando a população a lutar sozinha contra uma ilegalidade, num encolher de ombros que agora a todos devia envergonhar.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que no presente ano de dois mil e vinte e um, fazia quarenta e sete anos que se tinha iniciado, em Lagos, as reivindicações relativamente ao Hospital de Lagos, tendo, ao longo destes anos, sido criadas diversas Comissões para tratamento do assunto, culminando em diversas dezenas de documentos elaborados e exigências, no sentido da construção de um novo Hospital público, em Lagos. Referiu que corria o boato de que o Hospital público vai passar a laborar nas atuais instalações do Hospital São Gonçalo de Lagos, que é privado, mas não existia nenhuma informação oficial, por parte dos Órgãos Autárquicos sobre o assunto. Lamentou o facto da Assembleia Municipal, que ao longo destes anos tem lutado para a construção de um novo Hospital público em



Lagos, não ter nenhuma informação concreta sobre o que se está a passar em relação ao assunto do Hospital público, pelo que solicitou informação sobre o referido.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a declaração política apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que o Grupo Municipal do PS teve o desprazer de ouvir, revelava, não só, falta de conhecimento, mas também falta de conhecimento em relação àquilo que a Câmara e a Assembleia Municipal têm feito em parceria com todas as estruturas governamentais no âmbito, e no combate, à pandemia Covid-19, que afeta todos e não só os lacobrigenses. Referiu que falso era entender que a pandemia podia ser culpa de alguém a nível local ou regional. Disse que o combate à pandemia deve abranger todos de uma forma consciente e não de uma forma difamatória, procurando culpados.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse que foram tomadas medidas pelos Órgãos autárquicos, no sentido do combate à pandemia, no entanto as mesmas não são as suficientes.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2021:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-15.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), dado não ter obtido resposta à questão que tinha colocado no Período Antes da ordem do Dia, voltou a dizer que no presente ano de dois mil e vinte e um, fazia quarenta e sete anos que se tinham iniciado, em Lagos, as reivindicações relativamente ao Hospital de Lagos, tendo, ao longo destes anos, sido criadas diversas Comissões para tratamento do assunto, culminando em diversas dezenas de documentos elaborados e exigências, no sentido da construção de um novo Hospital público, em Lagos. Referiu que corria o boato de que o Hospital público iria passar a laborar nas atuais instalações do Hospital São Gonçalo de Lagos, que é privado, mas não existia nenhuma informação oficial, por parte dos Órgãos Autárquicos sobre o assunto. Lamentou o facto da Assembleia Municipal, que ao longo destes anos tem lutado para a construção de um novo Hospital público em Lagos, não ter nenhuma informação concreta sobre o que se está a passar em relação ao assunto do Hospital público, pelo que solicitou informação sobre o referido.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) começou por dizer que, infelizmente, Lagos teve que dar um passo atrás no desconfinamento, tendo deixado votos de



Fl. 47v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

rápidas melhoras para as pessoas que estavam infetadas com Covid-19. Apelou a todos para o cumprimento das medidas sanitárias. Referiu que continuava a observar, em Lagos, a existência de comércio ilícito e indigentes com cães sem trelas, e a acederem a espaços públicos sem qualquer tipo de controlo e a realizarem cenas íntimas em plena praça pública. Disse que com situações destas, todo o trabalho feito no sentido de afirmar Lagos como um destino de excelência, para o turismo, vai ficar sem efeito. Referiu que continua a sensação de falta de segurança no Concelho, pelo que perguntou qual o número de agentes de autoridade que vinham, no Verão, reforçar as forças de segurança e se estão bem definidas as competências de cada força policial existente no Concelho. Perguntou como estava a decorrer o trabalho iniciado pela Polícia Municipal.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse há dois dias que ninguém trabalhava na obra que estava a decorrer na Avenida do Cabo Bojador, pelo que questionou sobre o facto e sobre o prazo de conclusão das mesmas.-----

-----A Sra. Ana Natacha Álvaro (BE) perguntou se estava previsto algum sítio para a prática do autocaravanismo no Concelho, no âmbito do Estudo de Ordenamento para a Prática do Autocaravanismo. Sobre a segunda fase da intervenção na Ponta da Piedade perguntou se já havia data para a apresentação do projeto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) sobre a obra que estava a ser realizada na Estrada da Luz, disse que havia situações, na mesma, que causavam perplexidade, como o estreitamento da via e de passeios para peões em determinados locais, assim como a interrupção da ciclovia a poucos metros da entrada da Luz. Perguntou se estas situações tinham a ver com os processos que estavam a decorrer em Tribunal, relativamente a expropriações. Perguntou se os passeios da rua que vai para a praia, na Luz, iam ser intervencionados. Perguntou o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz tem feito para valorizar a qualidade da segurança daqueles que vivem e frequentam a Freguesia da Luz. Sobre as ruínas da Praia da Luz disse que a empresa que tinha ganho o concurso para a intervenção do espaço, tinha desistido de realizar a obra, pelo que solicitou esclarecimento sobre o assunto. Sobre ciclovias no Município disse que a Câmara tem feito campanhas e investimentos em equipamentos para que, principalmente os jovens em idade escolar, se desloquem em bicicletas, no entanto não existem ciclovias. Disse que continuam a existir obstáculos nos passeios, pelo que perguntou para quando uma intervenção para resolver esta situação. Perguntou qual era o estado da situação relativamente ao Centro de Acolhimento Temporário. Sobre a obra no Museu de Lagos, perguntou o porquê de o Museu acabar a sua história no Séc. XIX. Perguntou se já existia alguma conclusão referente à aquisição do edifício da Solmate para instalação do Arquivo Municipal, ou se existia outra alternativa.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que finalmente tinha aparecido na Informação do Sr. Presidente algo de concreto sobre a falta de salas de aulas, no entanto a informação dada ainda não era concreta, uma vez que a referida, ampliação da Escola das Naus, ainda podia voltar a não se concretizar, situação com a qual a CDU via com agrado. Referiu que este assunto, relacionado com a educação, deveria ser mais discutido e a Câmara Municipal parece não querer



discutir o assunto. Disse ser interessante saber qual a posição do Conselho Municipal de Educação sobre o assunto da ampliação da Escola e se a mesma estava prevista na Carta Educativa. Referiu que a situação da ampliação da escola não era a solução para o problema de falta de salas de aula, mas parecia uma solução do século passado. Perguntou se a ampliação prevista era só em termos de salas ou se seria a nível de todas as ofertas que a escola precisa ter para os alunos em termos de outros espaços na escola.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) manifestou preocupação em relação à limpeza das linhas de água nas áreas de Bensafrim e Barão de São João e perguntou se existia algum planeamento para uma intervenção de fundo nas linhas de água. Disse continuar por arranjar o abatimento da estrada do Vale do Lobo e da estrada da subida do furador em Bensafrim.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que a empresa público-privada ELSA, que foi criada para a construção dos Parques de Estacionamento, ia ser alvo de dissolução e liquidação, passando os cinquenta e um por cento das ações das empresas parceiras para a posse da Câmara Municipal, ficando a Câmara Municipal com um encargo anual, bem mais baixo do que o valor pago até à data. Referiu que a empresa criada para a construção do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, tinha o mesmo princípio que a ELSA, pelo que perguntou qual o montante que o Município de Lagos já pagou a mais, em rendas, comparativamente se tivesse que pagar apenas as mensalidades diretamente ao banco. Perguntou como a Câmara Municipal avaliava a criação das empresas em questão.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, começou por dizer que iria fazer chegar à Assembleia Municipal os dados técnicos solicitados pelos Deputados Municipais. Em relação às parcerias público-privadas, disse que existiram boas e más. Em relação às parcerias público-privadas para a construção dos Parques de Estacionamento e do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI disse que as mesmas tiveram aspetos positivos e negativos. Disse que a empresa que tinha ganho o concurso referente à obra das ruínas romanas na Praia da Luz, não era especialista no assunto, pelo que o contrato foi cessado pela Câmara Municipal. Sobre a questão do Hospital disse que o Município tem conhecimento de conversações entre o Ministério da Saúde, o Centro Hospitalar e Universitário do Algarve e o Grupo do Hospital Privado do Algarve, mas sobre o arrendamento das instalações do atual Hospital Público de Lagos, por parte da Câmara Municipal, nada sabe de concreto. Acrescentou que a eventual mudança do atual Hospital público para as instalações do Hospital de S. Gonçalo passa por entidades que estão acima da Câmara Municipal. Sobre as forças de segurança disse que cada uma tinha a sua área de atuação definida e competências próprias, trabalhando em conjunto quando necessário. Informou que a Câmara Municipal reúne, semanalmente, com as forças de segurança. Referiu que a Polícia Municipal está numa fase inicial de trabalho, dado estar no terreno há muito pouco tempo. Sobre as obras da Avenida Cabo Bojador, disse não ter conhecimento de qualquer paragem na obra. Disse ainda não existir local para o autocaravanismo definido. Sobre a segunda fase da



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Ponta da Piedade disse não existir data para o arranque da intervenção, mas a perspectiva é iniciar a intervenção até ao fim do ano. Referiu que a estrada da Luz vai ter igual largura de uma ponta à outra, em termos de faixa de circulação, não se verificando tal situação a nível do passeio para os peões. Acrescentou que a entrada da Luz vai levar mais tempo a ficar definida, uma vez que existe um projeto de um particular para a zona, o qual deverá contemplar o passeio. Informou ainda que o processo em Tribunal estava ultrapassado. Disse que os passeios da Rua da Várzea, na Praia da Luz, ainda não tinham sido intervencionados, mas estava prevista tal intervenção. Sobre a ciclovia disse que se trata de um assunto que tem tido avanços e recuos, por isso existem já alguns troços construídos e outros por construir. Disse que iria fazer chegar informação sobre o Centro de Acolhimento Temporário. Referiu que o Museu só deverá ser avaliado após a sua abertura, pós obras. Sobre o edifício da Solmate disse que a aquisição do mesmo ainda não estava certa. Disse que a ampliação da Escola das Naus ainda é um projeto, mas não fazia sentido ampliar-se a escola só em termos de sala de aulas, terão que ser ampliadas todas as outras áreas da escola. Referiu ainda que todos os interessados no assunto iam ser chamados a opinar. Sobre a limpeza de linhas de água, disse que as mesmas, no caso de confinarem com terrenos privados, têm que ser limpas pelos donos dos terrenos, fazendo a Câmara Municipal o esforço para manter as linhas de água, da sua responsabilidade, limpas. Em relação aos abatimentos de piso no Vale do Lobo disse ser uma situação que tem que ser resolvida no entanto a mesma está bem assinalada, verificando-se igual situação na estrada de Bensafrim para o Colégio.-----
-----O Sr. Pedro Moreira (PSD), em relação à obra da Avenida Cabo Bojador, disse não saber os horários de trabalho, no entanto, neste dia, por volta das 16.30 horas, não se encontrava ninguém na obra. Em relação à obra da estrada da Luz, disse achar estranho o passeio terminar num muro, por causa de ser da responsabilidade de privados terminar o passeio após o desenvolvimento do projeto que os privados possam vir a ter para o local, o que faz com que os peões tenham que andar na estrada durante algumas dezenas de metros para chegar à entrada da Luz.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a solução para o local em causa, na Praia da Luz, só ficará resolvido com a criação de uma rotunda, pelo que não está em causa só o passeio.-----
-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a ampliação da escola das Naus, para o caso de se vir a concretizar, vai retirar espaço exterior à escola e isso não é o mais correto, por isso deve este assunto ser o mais debatido, possível, por todos os interessados. Perguntou onde estava esta situação da ampliação plasmada na Carta Educativa.-----
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) ainda sobre a questão levantada por si sobre o Hospital, disse estranhar o secretismo existente em redor do assunto. Disse que o Ministério da Saúde e o CHUA, devem ter entrado em contacto com a Câmara Municipal para a colocar a par da situação. Perguntou se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha algo a dizer sobre o assunto.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que todos são a favor de um Hospital com melhores condições e que sirva as Terras do



Infante, no entanto existem instituições com peso superior à Câmara e Assembleia Municipal sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que não se deve acreditar em tudo aquilo que se ouve. Referiu existir muita coisa a ser dita e escrita sobre o Hospital que não é verdade. Informou que nada estava decidido, da parte do Ministério da Saúde sobre o assunto do Hospital de Lagos.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse ter a informação que o Estado não tinha transferido para a Câmara Municipal, no âmbito das transferências de competência na área da educação, cerca de quinhentos mil euros, pelo que perguntou como a Câmara Municipal estava a pensar lidar com esta situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) agradeceu a clareza da resposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no entanto, no futuro seria esclarecido se o que é dito tem, ou não, razão de ser. Disse que a Comissão Permanente tinha decidido que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deveria desenvolver contactos junto da Câmara Municipal sobre a apresentação pública da segunda fase da intervenção da Ponta da Piedade, pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que diligências tinha efetuado junto da Câmara Municipal e se já existia algum resultado das diligências.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que foi enviado um ofício à Câmara Municipal sobre o assunto, estando a Assembleia Municipal a aguardar resposta, por parte da Câmara Municipal, ao mesmo.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2020 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-16.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a oposição não podia exercer a sua função, convenientemente, quando recebe um documento da importância, e da extensão, do que está a ser alvo de apreciação no presente Ponto da Ordem do Dia, recebendo o documento com três dias antes de o mesmo ser alvo de apreciação em plenário. Perguntou se não era possível serem modificados os prazos de maneira a ser dada a oportunidade, a todos, de preparar os assuntos com o devido tempo.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse ter constatado que a receita corrente da Câmara Municipal, do ano de 2019 para o ano de 2020 tinha diminuído de cerca de cinquenta e seis milhões de euros para cerca de cinquenta milhões de euros, tendo a despesa corrente estabilizado, a receita de capital tinha diminuído e a despesa de capital aumentou. Referiu que o saldo do exercício tinha sido negativo, situação que já não acontecia há alguns anos, dado que a diferença entre as receitas totais e as despesas totais, tinha registado um montante, negativo, de cerca de trezentos e trinta e quatro mil euros. Disse que o Plano Plurianual de Investimentos, teve uma execução de cerca de vinte e sete por cento, o que dá razão ao PSD quando votou



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

contra o Orçamento, dado ser o mesmo irrealista, uma vez que não passava de promessas Socialistas que, ano após ano, não são concretizadas. Referiu que as parcerias público-privadas não estavam bem contabilizadas em anos anteriores, situação alterada nos documentos apresentados este ano. Disse que felizmente tinha sido aprovado um novo sistema de normalização contabilístico. Terminou afirmando que Lagos tem uma Câmara Municipal que tem uma das maiores receitas per capita do país, tem uma grande despesa de funcionamento, promete que vai investir, mas não investe, e não contabiliza as parcerias público-privadas, devidamente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a falta de transparência nos documentos em apreço, referida pelo Grupo Municipal do PSD, coloca em causa os Técnicos que certificam as Contas do Município. Lembrou que o Revisor Oficial de Contas dá parecer no sentido de serem votadas, favoravelmente, as contas apresentadas pela Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que o documento refere que deve ser consolidada a marca de “Lagos das Descobertas”, fala de um “Turismo de Excelência” e em “Lagos mais próximo das pessoas”, pelo que perguntou quando seria criado o Conselho Municipal de Turismo.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD não julgava intenções, apenas julgava evidências. Referiu que o ROC em 2020 tinha dito que estavam contabilizadas as PPP por oito milhões, mas os passivos eram, na totalidade, de quarenta e três milhões. Disse que não era obrigado a concordar com o ROC. Sobre o grau de transparência, disse existir um ranking, que é muito reconhecido a nível académico, onde Lagos está muito mal posicionada.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) solicitou esclarecimento relativamente à seguinte afirmação que o ROC faz no seu Parecer: “O Relatório de Gestão consolidado não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.”-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse não ser só o PSD Lagos a considerar que a Câmara Municipal de Lagos tem métodos de gestão pouco transparentes. Referiu que o índice de transparência é organizado por uma ONG e Lagos ocupa o lugar 246 em 308 Municípios.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a documentação para o presente Ponto da Ordem do Dia tinha sido disponibilizada no dia 21 de junho, no site da Assembleia Municipal. Sobre a criação do Conselho Municipal do Turismo, disse não ter dados para responder. Em relação à questão colocada pelo Sr. Fernando Ildefonso disse que a mesma está relacionada com o Ponto 3 da Ordem do Dia e não no presente Ponto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a documentação pode ter sido disponibilizada no dia 21 de junho, mas o Parecer do ROC tem a data de 24 de junho, pelo que solicitou explicações.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que o documento é extenso e por isso foi disponibilizado no dia 21 de junho, antes do Parecer do ROC, o qual depois foi disponibilizado a 25 de julho.-----



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os documentos foram disponibilizados no dia 21 de junho, antes de terem sido apreciados e votados em Reunião da Câmara Municipal, que se realizou a 23 de junho. Referiu que muitos assuntos estavam a ser disponibilizados à Assembleia Municipal, antes de serem apreciados e votados em Reunião da Câmara Municipal e isso não deveria acontecer. Disse que os documentos referentes ao Relatório de Gestão são para estudar, pelo que é impossível a qualquer Membro da Assembleia Municipal, em consciência, dizer que leu e estudou tais documentos. Referiu que os documentos não devem ser disponibilizados à Assembleia Municipal sem a devida aprovação por parte da Câmara Municipal, na sua Reunião, e que os Serviços da Câmara Municipal têm conhecimento da calendarização da Assembleia Municipal, por isso devem preparar os documentos de modo a que os Membros da Assembleia Municipal tenham o devido tempo para analisar os mesmos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que se a documentação tivesse sido disponibilizada depois de realizada a Reunião de Câmara, os Membros da Assembleia Municipal ficariam ainda com menos tempo para analisar os documentos.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que se o PS quer ser dignificado pelo trabalho que faz, como Executivo da Câmara Municipal, tem que dar condições à oposição para que esta possa desempenhar o seu papel. Referiu que devia ser feito um planeamento, por parte da Câmara Municipal, no sentido de respeitar os valores da boa democracia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Câmara Municipal disponibilizou documentação que ainda não tinha sido aprovada em Reunião de Câmara, por isso não se trata de documentação da Câmara, mas sim de quem está a exercer funções a tempo inteiro no Órgão Executivo do Município de Lagos. Referiu que o que estava em causa era a relação entre Câmara e Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que tinha presenciado a algumas intervenções que não iam ao encontro dos Pontos da Ordem do Dia, mas sim ao encontro das várias sensibilidades políticas ou pessoais, já que nada têm a dizer em relação aos documentos em apreço, ou ao trabalho que a Câmara Municipal tem desenvolvido. Relativamente ao Ponto 2, as contas são o que são e o que interessa, por parte da oposição, é dizer mal das mesmas, uma vez que constatar factos e obra é difícil por parte da oposição. Terminou anunciando o voto a favor do Grupo Municipal do PS no Ponto 2 da Ordem do Dia, apresentado pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) anunciou a abstenção do Grupo Municipal LCF no Ponto 2 da Ordem do Dia. Disse que dos trinta e sete milhões cento e oitenta e um mil setecentos e trinta e sete euros previstos para o investimento municipal, apenas foram executados oito milhões novecentos e noventa e cinco mil trezentos e trinta e nove euros o que dá uma taxa de cerca de vinte e seis por cento de execução. Referiu que a taxa de execução referente ao Plano Plurianual de Investimento, tinha baixado em relação ao ano de 2019, por isso o Grupo Municipal LCF não tinha boas razões para aprovar os documentos em apreciação.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se o Grupo Municipal do PS concordava



Fl. 50v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

com o facto de mais de vinte milhões de euros não terem sido contabilizados em 2019 e ter sido contabilizado, uma parte desses vinte milhões, em 2020.-----

-----Posto isto, passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2020 DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	0	0	0	-	0	-	10
ABSTENÇÕES	0	2	0	2	-	1	-	5
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	-	0	-	2

-----**DELIBERAÇÃO N.º 42/AM/2021:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2020, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 23 de junho de 2021.-----

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADOS DO ANO 2020:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-17.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o total do passivo tinha aumentado de trinta milhões para quarenta e quatro milhões de euros.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) solicitou esclarecimento relativamente à seguinte afirmação que o ROC faz no seu Parecer: “O Relatório de Gestão consolidado não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse ter tomado nota da questão, a qual seria respondida depois pelos serviços da Câmara Municipal.-----

-----Posto isto, passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADOS DO ANO 2020**, tendo os mesmos obtido o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	0	0	0	-	0	-	10
ABSTENÇÕES	0	2	0	2	-	1	-	5
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	-	0	-	2



-----**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2021:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2020, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 23 de junho de 2021.-----

-----Declaração de Voto apresentado pelo Grupo Municipal LCF: “1 - Relativamente ao eixo estratégico Lagos Mais Solidário, Segura e Saudável, votamos a favor e apoiamos a implementação do Regulamento Apoio ao Arrendamento Privado, com o objetivo de mais pessoas e famílias poderem obter apoios ao arrendamento, que infelizmente ficou muito aquém do desejado porque apenas apoiou cerca de 50 famílias, que resultou numa verba atribuída de apenas 26.000,00 euros. Sugerimos que o Regulamento seja alterado para facilitar mais pessoas a poderem recorrer aos apoios sociais em apreço; 2 - Em relação à habitação Municipal a Câmara lançou em 2020, dois concursos para a construção de 17 fogos, quando a necessidade de fogos para arrendamento, para venda a custos sociais e a venda a custos controlados são de muitas centenas que são necessárias construir no nosso Município, para responder às necessidades mínimas. Relativamente a este assunto fui ao longo do ano de 2020, como já o tinha feito em anos anteriores, alertando e aconselhando o Município, ou seja, o executivo do PS, a ser mais célere no desenvolvimento de projetos de habitação Municipal e com um número de fogos, que permita reduzir drasticamente as carências no Município relativamente à habitação; 3 - Relativamente ao apoio à Corporação de Bombeiros de Lagos, o Sr. vereador Luís Barroso, em conjunto com o Sr. Vereador Nuno Serafim, apresentaram uma proposta para a Valorização dos Bombeiros de Lagos. que foi aprovada por unanimidade, que deveria ter sido implementada em 2020. Lamentamos nada ter sido feito pelo executivo do PS para ajudar pessoal e familiarmente os membros da corporação de bombeiros de Lagos; 4 - As restantes situações descritas no documento, como o apoio às escolas, o apoio a clubes e associações, a construção da Escola Básica da Luz, a atribuição de tablets e portáteis para os alunos das escolas, o aumento das bolsas de estudo atribuídas, de cujo júri faz parte o nosso vereador, das novas competências das escolas atribuídas ao Município, o Plano Municipal para a Igualdade e de Não Discriminação, o apoio à Cruz Vermelha, à PSP e à GNR, entre outras, foram apoiadas por LCF, por serem projetos positivos a favor do Município; 5 - Relativamente ao eixo estratégico Lagos Mais Ordenada, Acessível e Limpa, temos a referir, que amiúde questionamos o Executivo em permanência sobre o défice das limpezas urbanas no Município, o défice do número de lavagens das ruas do Centro Histórico, que representa a nossa cara para todos os turistas que nos visitem, o défice da recolha dos lixos domésticos, o deficiente serviço das empresas contratualizadas em outsourcing, como a Algar que é responsável por recolher papel/cartão, embalagens, vidro, apelando também ao executivo Municipal que se impusesse e que melhorasse estes serviços; 6 - Apresentamos em sede de Câmara e de AM a proposta designada “Lagos passo a



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Passo”, aprovada por unanimidade, que pretendia que fossem desobstruídos os passeios para que os munícipes pudessem transitar, sem obstáculos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente idosos, deficientes com cadeira de rodas, mães com carrinhos de bebe, entre outras situações, prevendo também a proposta para o rebaixamento de passeios junto a passadeiras em todo o Município, mas infelizmente o executivo em permanência apenas executou muito parcialmente a proposta que amplamente aprovaram; 7 - Apresentamos uma proposta, que foi aprovada por unanimidade, para a “Iluminação e recuperação das Muralhas” mas também a ação do Executivo foi nula e a proposta ainda não foi executada; repetidamente, temos insistido na recuperação das partes da muralha e baluartes em estado acelerado de degradação e não apenas onde ela é visível pela maioria dos cidadãos, perto do Forte da Ponta da Bandeira onde o seu estado até está bastante conservado comparativamente com outras partes gravemente afetadas pela falta de manutenção. 8 - Relativamente à requalificação do mobiliário urbano nomeadamente de papeleiras com cinzeiro, o alagamento da rede de ilhas ecológicas (ainda longe do satisfatório), o melhoramento no cemitério dos animais, a construção do Polidesportivo de Odiáxere, a requalificação da estrada da Meia-praia, a requalificação da estrada Quatro estradas-Luz, votamos favoravelmente e apoiamos estes projetos de grande importância para o Município; 9 - Relativamente ao eixo Lagos Mais Sustentável, aprovamos em RC a proposta base do Plano de Pormenor do Paul e do Plano de Pormenor da UOPG3 da Meia Praia (PUMP), a iluminação da Avenida, o Estudo de Ordenamento para a prática do Caravanismo, entre outras propostas; há, porém, uma clara desvalorização aos incentivos ao uso de bicicletas no nosso município, pois, não obstante os discursos de propaganda sobre iniciativas projetadas, a rede estruturada de ciclovias com acesso às escolas e a outros locais estratégicos continua por construir, o inviabiliza esta cultura sustentável de mobilidade por não haver condições de segurança rodoviária para os potenciais utentes; 10 - LCF apoiou as diferentes fases da requalificação do Museu Municipal José Formosinho e das Muralhas de Lagos, a valorização das ruínas romanas da Praia da Luz, a elaboração do projeto para o desenvolvimento do Parque da cidade (3.ª fase), a elaboração do Projeto de Reabilitação e Recuperação do Cordão Dunar da Meia Praia. Contudo as ruínas romanas da Praia da Luz e a recuperação das muralhas e baluartes continuam por concluir; 11 - Foi apresentada e aprovada por unanimidade em Maio de 2020, a proposta para a “CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO”, mas que ainda não foi executada pelo executivo em permanência; 12 - Na Reunião de Câmara de 05-02-2020, LCF apresentou duas propostas, uma para a “Criação da Escola Profissional de Restauração, Hotelaria e Turismo de Lagos” e a outra para a “Criação de Festival de Música de Verão em Lagos”, ambas de grande importância estratégica e chumbadas pelo executivo socialista; 13 - LCF apoiou uma proposta para o desagravamento fiscal para os munícipes e empresas do Município na taxa do IMI para 0,34%, propondo adicionalmente uma taxa maior de desagravamento de IMI, de 0,35% para 0,33%, não aceite pelo executivo em permanência; 14 - Votamos contra a proposta de Elaboração do Plano de Pormenor da UOPG 2 do Plano de



Urbanização de Lagos – 1.^a Fase: Caracterização e Diagnóstico, que vai permitir construir no futuro um Hotel com 120 quartos por cima da arriba da praia do Pinhão, pese embora o mau estado das arribas, desde a praia da D. Ana até às arribas da praia do Pinhão e da elevada construção já existente sobre as arribas em apreço. Não queremos ficar ligados a nenhum legado que consiste em mais um atentado ao ambiente; 15 - Relembrar que as contas do Município em 2020 tiveram por base um orçamento de 100.242.476,00 euros no final do exercício económico, o segundo mais elevado do Algarve; 16 - A execução orçamental de 2020 para os impostos diretos decresceram 12%, e as receitas do IMT que foram em 2019 de 20.164.253 euros caíram para 15.782.415 euros, menos 4.381.838 euros que corresponde em termos percentuais a menos 21%; 17 - Relativamente ao Investimento Municipal, regista-se um fraco desempenho de execução orçamental, cujos valores orçamentais previstos eram de 37.181.737 euros, e o valor percentual efetivamente executado, foi de 26%, num montante total de 8.995.339 euros; 18 - Relativamente à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento foi de 27%, correspondente ao montante de 10.585.845 euros, quando estava previsto um investimento de 39.566.906 euros em projetos; 19 - O Município de Lagos, tem usufruído de uma conjuntura económica bastante favorável, que tem permitido ao longo dos últimos anos uma arrecadação de impostos bastante importante, permitindo o equilíbrio das contas Municipais. Lagos com Futuro recomenda, que, de futuro o Investimento Municipal e o Plano Plurianual de Investimento, sejam executados ao longo dos quatro anos de mandato e não se dê apenas ênfase ao investimento no último ano do mandato com o pretexto eleitoral para atrair os Municípes ao voto, como tem sido comum acontecer neste país e também aqui em Lagos; 20 - Face ao exposto nesta declaração de voto, LCF abstém-se na votação dos documentos de prestação de contas e relatório de 2020.”-----

-----**PONTO 4 - ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL [ALÍNEA I) DO ARTIGO 41.º DA LEI DE BASES DA PROTEÇÃO CIVIL]:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-19.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “Representante na Comissão Municipal de Proteção Civil o autarca de Freguesia: Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes - Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos.”-----

-----Não tendo sido apresentado qualquer outro Candidato, foi este designado como Candidato A, tendo-se procedido à votação do mesmo, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	17
NÚMERO DE VOTOS	17



Fl. 52v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

CANDIDATO A	12
BRANCOS	5
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2021:**

-----**Eleito**, por escrutínio secreto, como Autarca de Freguesia, na Comissão Municipal de Proteção Civil, durante o atual Mandato de 2017/2021, o Sr. Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, de acordo com o estipulado na alínea i) do Artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONTRATO-PROGRAMA “ALARGAR E MODERNIZAR O ENSINO DA MEDICINA E A INVESTIGAÇÃO CLÍNICA E BIOMÉDICA NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE”, A ESTABELECEER ENTRE A UNIVERSIDADE DO ALGARVE (UALG), A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO ACADÉMICO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO BIOMÉDICA DO ALGARVE (AD-ABC), O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (MCTES) E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE (AMAL):** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 640-21.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, fez a respetiva introdução a este assunto.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por valorizar o Contrato-Programa em causa, o qual leva a um investimento numa área muito sensível. Anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS no Ponto da Ordem do Dia em apreço.-----

-----O Sr. Fernando Ildfonso (LCF) disse que o proposto vinha ao encontro de um assunto que o Grupo Municipal LCF tinha avançado em Reunião de Câmara e que tinha sido abordado, igualmente, na Assembleia Municipal. Referiu que o Grupo Municipal LCF defende uma articulação com o ensino superior e portanto o assunto vem ao encontro dessa ideia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou o voto a favor do Grupo Municipal da CDU no assunto apresentado pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS se congratulava pelo facto de Lagos conseguir suportar a falta de Vila Real de Santo António. Disse que o objetivo do Contrato-Programa era muito superior ao investimento feito.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONTRATO-PROGRAMA “ALARGAR E MODERNIZAR O ENSINO DA MEDICINA E A INVESTIGAÇÃO CLÍNICA E BIOMÉDICA NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE”, A ESTABELECEER ENTRE A UNIVERSIDADE DO ALGARVE (UALG), A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO ACADÉMICO DE INVESTIGAÇÃO E**



FORMAÇÃO BIOMÉDICA DO ALGARVE (AD-ABC), O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (MCTES) E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE (AMAL).-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2021:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a repartição de encargo orçamental em mais de um ano económico, nos termos do n.º 1, conjugado com o n.º 6, ambos do Artigo 22.º do Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, e da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de maio de 2021, referente ao Contrato-Programa “Alargar e modernizar o ensino da medicina e a investigação clínica e biomédica na Universidade do Algarve”, a estabelecer entre a Universidade do Algarve (UALG), a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), o qual se prevê tenha a seguinte repartição: - ano de 2021 - 51 244,00€ (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro euros); - ano de 2022 - 51 244,00€ (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro euros); - ano de 2023 - 51 244,00€ (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro euros); - ano de 2024 - 51 244,00€ (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro euros); - ano de 2025 - 51 244,00€ (cinquenta e um mil duzentos e quarenta e quatro euros).-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE LAGOS PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E SUA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-22.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD), por se considerar impedido, anunciou que não iria participar na apreciação e votação do presente Ponto da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) perguntou o que iria acontecer aos abrigos que não estavam incluídos neste concurso, uma vez ter verificado uma diferença, para menos, no número de abrigos entre o primeiro e este concurso.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que havendo uma diminuição do número de abrigos e havendo uma extensão do prazo de exploração, estava a falar-se de investidores e não havendo investidores não haverá retorno para o investimento. Referiu que na base de tal falta de investidores deverá estar a população reduzida que tem o Concelho. Terminou anunciando o voto a favor do Grupo Municipal LCF no assunto em apreciação.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que este pedido de autorização já vem à Assembleia Municipal pela terceira vez, tendo considerado que este contrato é o



Fl. 53v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

mais equilibrado. Anunciou que o Grupo Municipal do PS iria votar a favor do assunto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que o concurso contemplava setenta e sete abrigos simples e doze duplos, com a possibilidade de aumentar esses números. Referiu que entre o primeiro concurso e o atual existem menos cinco abrigos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE LAGOS PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E SUA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	1	2	-	0	1	-	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	2	0	-	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0	0	-	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2021:**

-----**Aprovado**, por maioria, a autorização a concessão de uso privativo do domínio público no Município de Lagos para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária, nos termos previstos na alínea p) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária, realizada no dia 9 de junho de 2021.-----

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2020:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-640-23.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU considera deficiente o cumprimento do Estatuto de Oposição na sequência da leitura feita ao Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2020. Referiu que durante o presente Mandato Autárquico, nenhuma das forças políticas presentes na Assembleia Municipal foi chamada, pela Câmara Municipal, para a apresentação de um problema ou de uma situação importante. Lembrou que quando os Partidos são chamado no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, para a elaboração do Plano e Orçamento, o documento apresentado não é da Câmara Municipal, mas sim dos Membros do PS que compõem o Órgão Executivo do Município e isso não é cumprir o Estatuto do Direito da Oposição.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) fez a seguinte intervenção: “Os eleitos do Grupo Municipal LCF, na Assembleia Municipal de Lagos, na sequência da notificação do “Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição 2020”, e nos termos do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 maio, que consagra: 1 - No artigo 1.º, que às



minorias está assegurado o direito de constituir e exercer uma oposição democrática (..) nos Órgãos Executivos (..) das Autarquias Locais; 2 - No artigo 2.º da referida Lei, o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Órgão Executivo, por parte dos titulares desse direito. Vêm, por este meio, na qualidade de titulares do direito de oposição, apresentar PRONÚNCIA sobre o relatório supracitado nos seguintes termos: “Do Direito à Informação/Participação/Acesso a Documentos”. Consideram os aqui eleitos, titulares do direito de oposição que o “Do Direito à Informação/Participação/Acesso a Documentos “não foi suficientemente cumprido nos termos exigíveis por Lei no que respeita aos seguintes aspetos: 1 - No âmbito das intervenções do público em sede de Assembleia Municipal, foi o Executivo questionado diversas vezes por cidadãos, grupos de cidadãos e entidades civis/privadas pelo andamento de processos, sobre o teor e justificação de determinadas decisões, sobre a falta de resolução de determinadas questões, tendo o Executivo, em permanência, respondido às mesmas, umas vezes de forma sucinta, outras remetendo para envio de esclarecimentos ou documentação por escrito e outras ainda agendando reuniões privadas, sem que na sequência dessas intervenções os Deputados Municipais de LCF, titulares do direito de oposição, tenham sido informados das ulteriores e subsequentes respostas/decisões, ficando distanciados do conhecimento do processo decisório ulterior. 2 - No âmbito do acesso a documentação sobre as matérias objeto discussão e votação em reunião de Assembleia Municipal, ao longo do atual mandato, constatamos que houve incumprimento na facultação/acesso a documentos solicitados, não tendo sido ainda, em alguns casos, respeitados os prazos legais para esse efeito, comprometendo assim o direito a exercer uma oposição responsável e bem informada no que seria uma prerrogativa essencial no Estado de Direito e no quadro democrático em que vivemos. Assim, na opinião do Grupo Municipal LCF, o “Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição 2020”, elaborado pela Câmara Municipal, não retrata, com rigor e isenção, a realidade política vivida ao longo deste último Mandato Autárquico.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, com a exceção da que foi tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 24 minutos.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----



Fl. 54v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

.....

.....
